

GANÂNCIA E CADÁVERES

Luiz Alex Silva Saraiva¹

Lira Itabirana

Carlos Drummond de Andrade

I

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II

Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

III

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

¹ Editor-chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/8812184151373749>. <https://orcid.org/0000-0001-5307-9750>. saraiva@face.ufmg.br. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas. Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 31270-901. Telefone: (55 31) 34097235.

Quando a ganância resulta em cadáveres, como tristemente aconteceu nos casos dos crimes de Mariana e de Brumadinho, multiplicam-se as vozes de reprovação à insana escala de acúmulo capitalista, ao silêncio dos gestores, à omissão dos governos, e por aí seguem as críticas em cadeia, como se tivessem uma razão de ser *ex-post facto*. Mas e quando as vidas teimam em prosseguir dentro de um caminho dirigido pela ganância, onde estão essas vozes? Onde estão os governos? Onde estão os gestores?

As críticas só aparecem quando os planos dão errado. Quando dão certo, é o melhor dos mundos: as empresas alcançam sua lucratividade, e por isso “generosamente” dividem seus lucros e resultados com os empregados, que se sentem recompensados por trabalharem arduamente dia após dia em condições de trabalho muitas vezes insalubres e francamente perigosas. Os gestores ficam felizes por levarem a cabo cotidianamente as orientações da organização, traduzindo a estratégia em competentes planos e resultados positivos amplamente disseminados em toda a empresa. Sua competência é a prova de que conseguem transpor as intenções dos investidores em ações que materializam os melhores resultados possíveis para o negócio. Os governos, por sua vez, se veem satisfeitos porque quando os negócios das empresas vão bem, conseguem arrecadar seus impostos e não precisam se preocupar com o seu papel intrínseco de promover melhores condições de vida, já que o dinheiro fala por si. O sucesso é o normal, o aceitável, o esperado, e por isso nada precisa ser dito a seu respeito.

É o fracasso que precisa ser exposto, desmascarado, reprimido, exorcizado. Quem fracassa expõe as entranhas falíveis da técnica, provando que o planejamento está longe de esgotar a dinâmica das organizações. O fracasso aparece sempre como eventualidade, como “tropeço”, como algo imprevisto, porque apenas a certeza do resultado positivo está colocada. O fracasso das empresas é o que seus dirigentes veem pelo retrovisor, a outra face da moeda, mas que insistem em tratar como se não fizesse parte do negócio. Quando esse fracasso ceifa vidas, ele se candidata a se tornar

um estardalhaço porque precisa ser publicamente exorcizado por todos. Os mesmos veículos de comunicação que não dedicam uma linha sequer para cobrir a forma pela qual os negócios operam – em especial os de alto impacto ambiental – gastam intermináveis horas reproduzindo incessantemente dados, entrevistas e reportagens sobre o que denominam cinicamente de “tragédia”.

As mortes são tratadas como meras falhas, como fatalidades. Os cadáveres concretizam a derrota porque mostram como pode se apresentar o fim, a descartabilidade, a precibilidade dos homens e mulheres frente à força do dinheiro. Os cadáveres de Brumadinho e de Mariana são indesejados porque materializam as falhas do *management* (Rampazo, 2015). Não importa quem eram aquelas pessoas e animais que pereceram. Em conjunto, representam algo a ser reparado, dentro de um contexto maior a ser evitado, jamais repetido. Mas isso só funciona na superfície. Só para ficar no estado de Minas Gerais, há dezenas de barragens de rejeito de minério de ferro sob ameaça de rompimento, e o alarmante é que, a despeito de todos os alertas de lideranças ambientais, que tem sido misteriosamente assassinadas em todo o país, só agora a população tenha se dado conta do perigo que corre e que sempre correu.

O sucesso, e a excelência que o sustenta, parecia ser o canto da sereia conveniente, convincente e útil a que todos acreditavam que precisam escutar. Às demais vozes, fechavam seus ouvidos e classificavam-nas automaticamente como um coro de descontentes por um motivo qualquer. Por dinheiro, por empregos, por impostos, por um suposto desenvolvimento, as pessoas entregaram sem sequer pestanejar seus recursos minerais, suas riquezas, sua segurança e seu modo de vida (Dias & Oliveira, 2018). E agora parece que acordaram. Parece.

A maior parte das discussões em torno da questão ambiental se concentra em aspectos como a sustentabilidade, a manutenção de recursos para gerações futuras, mas pouco se trabalha efetivamente com uma discussão de responsabilização dos agentes

envolvidos pela ação ambiental empresarial. Com isso nos referimos especificamente os papéis de governos e empresas que emprestaram a sua contribuição para que absurdos acontecessem, como os verificados em Mariana, e mais recentemente, em Brumadinho. A questão que nos parece essencial a ser considerada é a insaciável fome do capitalismo, fome esta com um foco em acumulação, que faz com que tudo seja permitido em função de um capital que se multiplica em cada vez mais, sendo o humano, quando eventualmente considerado na equação, relegado a um papel secundário, no máximo de insumo ou de algo que atrapalha o processo.

Com isso vivemos uma época de miserabilidade da existência humana, que tem de lambar as botas daqueles que destroem seu modo de vida. Neste período, o meio ambiente está sob tutela de agentes que entendem que boa é a exploração que nada tem de sustentável. E, assim, pouco a pouco o fim do mundo vai sendo construído (Saraiva, 2017) até o dia em que nada mais houver e tudo o que tivermos forem restos de um *habitat*. Dia em que precisaremos refletir a respeito de comermos e bebermos veneno. O que nos restará, além de lamentar nossa inconseqüência e imediatismo? A quem pertencerão nossas lágrimas?

Abrimos este ano de 2019 com muitas novidades na **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** que merecem não apenas ser mencionadas, mas celebradas. Em primeiro lugar, damos as boas vindas *Rafael Cuba Mancebo*, *Elisângela de Jesus Furtado da Silva* e *Fabiana Florio Domingues*, que passam a integrar voluntariamente a equipe editorial como gerentes da revista. A esse grupo caberá levar adiante o processo de indexação do periódico e inserção em diversas bases de dados nacionais e internacionais. Hoje fazemos parte de 17 listas, indexadores e bases de dados, e já pleiteamos a inserção em outras, de maneira a garantir a visibilidade e a difusão da nossa proposta editorial. Sejam bem-vindes!

A internacionalização da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** também entrou definitivamente na pauta da revista, sendo nossos esforços voltados prioritariamente para um diálogo sul-sul, mas sem ignorar outras possibilidades de diálogo com o norte global, desde que não ocupemos uma posição submetida a um sistema que não nos interessa do ponto de vista político. Estamos trabalhando na construção de parcerias que em breve se refletirão em alterações no conselho editorial e na submissão de textos de pesquisadores internacionais ao nosso periódico.

Comemoramos também um novo padrão de diagramação, que incluiu tanto o layout interno dos textos, completamente reformulado, quanto o padrão de capa, renovado a partir deste número. Agradecemos ao competente *Vitor Drumond* pelo excelente trabalho de traduzir nossas expectativas em uma “cara” moderna e atraente para nosso público. Nesse novo *layout* as contribuições incorporam todos os requisitos demandados na última avaliação de periódicos da CAPES, acrescidos de informações a respeito da contribuição de cada autor, de uma declaração formal sobre o conflito de interesses, de agradecimentos institucionais, e da cessão do direito de uso.

Além do padrão de normalização APA que já tinha sido adotado há alguns números, adotamos como política expressa da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** a visibilização da autoria das referências. Todo o qualquer texto a partir de agora passará a explicitar o primeiro nome de cada autor ou autora, de forma a visibilizar a contribuição das pesquisadoras, muitas vezes encobertas pelos sobrenomes “de família”. Entendemos que para que a contribuição das mulheres para a ciência possa ser valorizada ela antes precisa ser reconhecida. Também passamos a adotar em todos os textos da editoria um novo padrão de linguagem da revista, com a substituição do “x” que indefine o gênero para o “e”, que é legível por pessoas com algum tipo de deficiência visual.

Esperamos que esse conjunto de mudanças já adotadas, juntamente com algumas outras que estamos preparando, torne o nosso periódico ainda mais interessante, representativo e acessível para a comunidade ibero-americana de Estudos Organizacionais, um projeto que, além de acadêmico, é político rumo à construção da academia que nos interessa e que capitaneamos a partir das formas institucionais que nos são permitidas.

Neste número 15, que marca o início do sexto ano de existência da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, abrimos com a impactante capa *Quanto vale?* de *Mariana Luísa da Costa Lage* e *Iris Medeiros*. As autoras registram a dor e o sofrimento dos crimes de Mariana e de Brumadinho em um texto agudamente incômodo e em uma capa desconcertante. A diagramação é de *Vitor Drumond*.

Neste número contamos com o **Dossiê “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-Empresa-Sociedade**, que teve na editoria especial os professores *Yuna Fontoura*, da Fundação Getulio Vargas, *Flávia Naves*, da Universidade Federal de Lavras, *Armando dos Santos de Sousa Teodósio*, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e *Marcus Vinicius Peinado Gomes*, da University of Cardiff. Nosso muito obrigado por terem conduzido o processo com qualidade e dedicação.

O primeiro dos textos do dossiê é assinado por *Yuna Fontoura*, *Flávia Naves*, *Armando dos Santos de Sousa Teodósio* e *Marcus Vinicius Peinado Gomes* e é intitulado *“Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-Empresa-Sociedade*. Além de apresentar o dossiê propriamente dito, os editores especiais discutem os impasses associados ao desenvolvimento de pesquisas engajadas em cenários politicamente assimétricos, nos quais é preciso lutar para responsabilizar corporações diante de ações sistemáticas de irresponsabilidade social e ambiental que praticam.

No segundo texto, do dossiê, *A catástrofe como perpetuadora da sociedade unidimensional*, Pamella Magalhães Ferreira e Carolina Machado Saraiva refletem criticamente a partir do movimento “Justiça sim, desemprego não! #FicaSamarco”, capitaneado por trabalhadores da Samarco, pela Prefeitura e, principalmente, pelos comerciantes da cidade de Mariana. A partir dos argumentos de Herbert Marcuse, as autoras examinam qualitativamente as postagens no site, e concluem que o argumento da necessidade do trabalho, socialmente exigido no capitalismo, impede a crítica e coopta os sujeitos.

Luis Fernando Andrade Silva, Valderí de Castro Alcântara e André Luiz de Paiva, em *Contradições do espaço social: estudo das representações produzidas pelos atingidos pela mineração de ouro em Paracatu, MG*, abordam o conflito em torno da mineração na América Latina, para isso enfocando a mineração de ouro a céu aberto em um município mineiro, em particular a produção e circulação de representações contrárias à mineração em áreas urbanas. Os resultados registram a luta pelo direito à saúde e de busca de alternativas à miséria da vida cotidiana, intercalando o lamento pela perda das condições anteriores de vida e o desvelamento de relações socioespaciais opressoras.

Para analisar o evento do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco evidenciando a visão dos agentes que prestaram atendimento aos atingidos pela lama, João Vitor de Castro Ribeiro, Diego Luiz Teixeira Boava, Fernanda Maria Felício Macedo, Jussara Jéssica Pereira analisaram depoimentos de agentes públicos responsáveis pelo socorro e amparo às vítimas que ficaram desabrigadas após a passagem da lama, tendo empregado como referencial teórico o *sensemaking*. Em *O rompimento da barragem da Samarco e a construção de significados: o caso de agentes públicos de órgãos de amparo e socorro aos atingidos pela lama*, a partir de um estudo de caso, os agentes públicos entendem que o rompimento da barragem implica o início de uma

nova vida em Mariana tanto para as vítimas, quanto para eles mesmos e para a Samarco.

O último dos textos do dossiê, de *Janaína Pinto, Reflexões sobre o papel da RSE em cenários de conflito socioambiental: o caso da siderúrgica CSA na periferia carioca de Santa Cruz*, trata de uma série de impactos socioambientais de uma empresa sobre uma comunidade há mais de dez anos. A argumentação gira em torno da necessidade de construção de relações mais horizontalizadas das empresas com a comunidade, sob pena de tensões e conflitos crescentes, com prejuízos mútuos.

A seção **Artigos** conta com quatro contribuições muito interessantes. Na primeira delas, *Nova república, novas práticas: uma análise do processo de empresarização do ensino superior no Brasil (1990-2010)*, de *Marcio Silva Rodrigues e Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva*, o objetivo é discutir como as práticas dos grupos que governaram o Estado brasileiro entre 1990 e 2010 contribuíram para intensificar o processo de empresarização do ensino superior no país. Es autores apontam certa univocidade e dois importantes momentos: o empenho em produzir um conjunto de práticas orientadas à compreensão da educação superior a partir das maneiras de agir e de pensar que sustentam a ideia de empresa e a consolidação de métodos empresariais para estabelecer “boas práticas de gestão” e, conseqüentemente, maximizar os resultados organizacionais. As conclusões apontam que esses aspectos, associados à ressignificação da noção de autonomia universitária, parecem contribuir para exaltar o discurso empresarial no ensino superior.

Adriana de Paula Bomfim Alcantara, Cristiana Trindade Ituassu e Luiz Rodrigo Cunha Moura em *A beleza compensa: o capital erótico como fonte de poder simbólico nas organizações*, problematizam o capital erótico, um tipo de capital que atua na economia simbólica de lutas pelo poder em diversos espaços, inclusive o corporativo. A partir da análise de revistas de negócio, es autores identificaram que beleza física,

vestimenta, carisma e bom humor mostram-se os itens são relevantes de maior relevância nesse universo, ao mesmo tempo em que a sexualidade é um aspecto silenciado.

Problematizando o modelo tradicional de gestão empresarial familiar, que pode favorecer a emergência de formas de violência como o assédio moral, *Leticia Bottura Calvoso* e *Guilherme Elias da Silva* discutem alguns aspectos como o amadorismo, a centralização das decisões, e o machismo em empresas familiares. Em *Moral do assédio e assédio moral no trabalho em empresas familiares: das violências às possibilidades em saúde do trabalhador*, seu olhar se volta para um questionamento do contexto de retrocesso em relação às leis trabalhistas e seus desdobramentos para o trabalhador e para a sua saúde, sendo necessário prevenir, intervir e monitorar a dinâmica organizacional.

Kelly Pellizari e *Antonio Carvalho Neto*, em *O fator econômico e as relações de força e poder no discurso gerencialista*, examinam o discurso do gerencialismo propagado por executivas, enfatizando-se o valor do fator econômico e as relações de força e poder por ele disseminadas. Por meio de análise do discurso, os autores concluem que o discurso gerencialista, associado ao trabalho e à escalada pelo poder, termina por ser naturalizado e aprisionar os sujeitos.

Na seção **Ensaio**, *Crise e crítica: 2013 entre dominação e ruptura no Brasil contemporâneo*, de *Frederico Rodrigues Bonifácio* e *Rogata Soares Del Gáudio*, apresenta considerações sobre a apropriação e os usos do espaço geográfico nas jornadas de junho de 2013, bem como alguns de seus desdobramentos posteriores, como o golpe contra governo Dilma Rousseff. A partir do resgate dos sentidos e significados dos acontecimentos de 2013, os autores buscam compreender seus limites, que dialogam com uma forma específica de sociabilidade subordinada às determinações da abstração real capitalista.

Márcio Gomes de Sá apresenta a contribuição *Em busca do impacto perdido? experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão* na seção **Depoimentos**. Neste texto ele compartilha experiências no Agreste de Pernambuco relacionadas à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o que envolveu a criação de disciplinas, práticas de pesquisa e ações de extensão aderentes à realidade local, aspectos que redimensiona o sentido do trabalho docente.

Em *Racismo nas empresas: até quando?*, Elisângela de Jesus Furtado da Silva apresenta sua contribuição para este número na seção **Resenhas**. A partir da leitura da obra *Executivos negros, racismo e diversidade no mundo empresarial*, de Pedro Jaime de Coelho Junior, ela examina a obra detidamente à luz de um quadro de referência que, apesar de mostrar avanços, ainda é desanimador por esconder práticas racistas no contexto empresarial disfarçadas de meritocracia.

Fechando o número, Carlos Gustavo Assis e Ricardo Vinicius Cornélio dos Santos e Carvalho apresentam a estimulante contribuição *A cidade cansada* na seção **Registros fotográficos**. Procurando retratar visualmente uma questão específica das cidades contemporâneas, o cansaço associado a uma sociedade do desempenho conforme as ideias de Byung-Chul Han, eles apresentam 35 fotografias da cidade de Belo Horizonte. Seu trabalho sugere uma cidade cansada e que cansa, absorta em seus jardins de concretos, seu trânsito incansável, seus espaços de lazer fabricados pelo capital que enclausuram a natureza e que transformam tudo à sua volta em lugares que nada mais são do que novos locais para se trabalhar.

Esperamos que você aprecie este novo número da **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade** tanto quanto nós apreciamos prepará-lo. Boa leitura!

Referências

Dias, André L. F. & Oliveira, Lucas F. (2018). (Coords.). *Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração*. São Carlos: Sapienza.

Rampazo, Adriana V. (2015). O *management* e o projeto de controle do mundo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(4), 591-641.

Saraiva, Luiz Alex S. (2017). A construção do fim do mundo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(9), 1-13.

CONTRIBUIÇÃO

Luiz Alex Silva Saraiva

Texto individual, elaborado pelo autor.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

O autor declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Saraiva, Luiz Alex S. (2019). Ganância e cadáveres. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 1-12.